



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista Realizada em: 12.7.2013

Hora: 14h30min.

Local: Sala de reuniões dos Colegiados Superiores

Entrevistado: Lailson de Almeida

Responsável pela transcrição: Kaline Faria de Araújo (bolsista)

Carlos Gomes: Eu gostaria de você começasse falando do seu ingresso no Movimento Estudantil, mesmo antes de sua entrada na Universidade e posterior à entrada na Universidade. Se durante seu curso você sofreu alguma coisa, e depois você entrou na Universidade como professor, não foi? E aí você fala como professor e as reivindicações naquele período, se você apoiou, claro, informando o que você viu. De casos de violações de direitos humanos, enfim, o que você tenha presenciado naquele momento.

Lailson de Almeida: Antes de mais nada, boa tarde a todos. Nosso amigo, colega professor Spinelli, ao meu irmão Luciano de Almeida. Enfim, estendo a saudação a todos. Acho que antes de entrarmos na parte relativa aos fatos da minha vivência na Universidade, é necessária uma introdução para termos todo um encadeamento, não é? Toda uma lógica na perspectiva histórica. Os fatos estão sempre interligados. Eu vou procurar ser sintético nessa introdução. Para depois, evidentemente, me deter mais nas questões relativas a minha vivência aqui na Universidade. Muito bem, então. Inicialmente, quero me identificar. Meu nome é Lailson de Almeida, natural aqui de Natal. Rio Grande do Norte. Meus pais são Lauro de Almeida e Antônia Nunes de Almeida. Nasci em 1950, acabei de completar 63 anos. Na minha fase de adolescente, exatamente aos 14 anos, quando ocorreu o golpe, foi um evento que marcou muito, pois

naquela oportunidade, mesmo sendo adolescente, já tomei conhecimento de prisões de pessoas conhecidas, como Afrânio dos Correios, então aquilo foi marcante. Apesar de não termos relação direta com a militância política, aquilo marcou. E naquele momento me lembro de que Luciano, aluno do Atheneu, já tinha uma militância política aos 16 anos. Junto a Juliano Siqueira, a Emanuel Bezerra. São as figuras que mais marcaram naquela oportunidade. Quero frisar que minha relação com a política era muito tênue, muito afastada e lembro-me que Luciano dizia: “rapaz, você precisa ler e interessar-se pela política. Isso é importante e fundamental para sermos e nos constituirmos agentes do processo”. E naquela ocasião, em 1968, os alunos do Atheneu caíram na clandestinidade e meu irmão foi um deles. E já saiu de Natal naquela oportunidade sendo perseguido. E é a partir disso que a política chega de forma mais concreta na minha história. Dois anos depois, um fato marcante na minha vida e de nossa família foi a prisão de nosso irmão. Foi preso 1970 e inclusive ficou preso durante dez anos na prisão. Apesar de eu ter uma noção política, não tinha um envolvimento maior. Mas já discutia com os amigos e falava bastante sobre a realidade do Brasil. Saí do Exército em 1969 e fui fazer o científico e foi justamente o ano que meu irmão foi preso. Há uma coisa que marcou bastante, é que naquele período ele sofreu bastante, foi preso, torturado e a família deu total e restrito apoio. E por conta disso saí do colégio e parei de estudar, mas continuei de forma supletiva naquela época. Em 1971, consegui concluir o curso supletivo segundo grau. E imediato, em 1971, fiz vestibular, fui aprovado e em março de 1972 eu fui preso. Então a prisão foi da seguinte forma, quatro militares à paisana chegaram à minha residência e disseram que eu estava sendo convocado para prestar informações no QG. A minha mãe ficou bastante perturbada. Só que no meio do caminho eles desviaram e fui conduzido ao 16 RI. E lá chegando eu não permaneci no 16 RI porque as selas estavam lotadas. E eles me conduziram para o RO e lá permaneci por duas semanas. Evidentemente nesse período eu fui conduzido a vários locais, como QG, a Base Naval de Natal, para questionar sobre a participação em determinadas reuniões. Eu participei do Movimento do Voto Nulo. Eram ações dispersas, não era coisa orgânica. Eram eventos, participava de eventos, atos. Na ocasião eles não conseguiram reunir elementos para que eu fosse indiciado no processo chamado IPM, eu não fui indiciado. E aí eu fui naturalmente liberado, e aí há um fato que eu gostaria aqui de registrar, no dia que eu fui liberado, eu fui conduzido ao QG, ao chefe da repressão aqui no RN. Era um major do Exército. Se não me falha a memória, major Alcântara. Não sei se esse cidadão é ainda vivo. Foi uma conversa muito difícil.

Ele parecia ter o poder de cooptação. Disse que queria que me sentisse numa conversa com um irmão, um pai mais velho. Um tratamento extremamente educado, elegante. Inclusive no decorrer da conversa disse que gostaria que eu ficasse extremamente à vontade. A conversa foi no sentido de que eu tinha um futuro bastante positivo, que eu poderia vencer na vida. Então a conversa foi basicamente nesse sentido. E no final eu disse para ele que eu iria entrar calado, ouvir calado e sair calado. Mas ele me falou uma coisa que me chamou atenção e mexeu comigo, dele ter se colocado como pai e irmão mais velho, mas eu falei para ele jamais desejaria ter um pai como ele, um homem ligado à tortura, repressor. Na ocasião ele ficou bastante chateado e pegou o revólver e me ameaçou, e disse que eu não estava mais sob as ordens, mas que ele desejaria muito em outra ocasião de ter a possibilidade de me torturar. E assim, essas figuras não podem passar despercebidas. E é importante lembrar que lá na ocasião havia um homem operacional chamado Cleantho Siqueira? Era o homem dos sistemas da repressão. Muito bem, depois de liberado, com muito esforço, eu consegui retomar o curso.

Luciano de Almeida: Lailson, você me permite só uma coisa? Foi perguntado a você se você havia assistido a alguma violação de direitos humanos. E quando você foi me visitar pela primeira vez lá na polícia política, no Recife, eu denunciei para você que estava sendo torturado. E mostrei inclusive as marcas que eu tinha nos braços, não era? E você pôde constatar que o sistema de tortura estava funcionando. E também quando você foi preso, você viu pessoas torturadas nas dependências do Exército.

Lailson de Almeida: É importante essa lembrança porque é o seguinte...

José Antônio Spinelli: Em Recife, mas aqui também, segundo Lailson de Almeida. Que foi preso aqui e também viu torturas aqui em Natal.

Lailson de Almeida: Inclusive de conviver com pessoas torturadas. Em situações dramáticas. Essa lembrança é importante porque inclusive quando ele foi preso. Essa informação foi divulgada e eu fui a Recife e chegando a Recife fui direto ao DOPS e alguns amigos de Luciano já tinham sido mortos por meio das torturas. Naturalmente eles tinham aquela postura farsante de que não havia tortura e tal. E aconteceu um fato inusitado, no primeiro andar do DOPS, não foi Luciano? Ele vinha e eu perguntei: “e aí Luciano, os caras lhes torturaram?”. “Eu fui torturado sim, inclusive por torturadores que estão aqui”. E eu fiquei bastante chateado, eles me seguraram e não teve mais visitas. E eu fui automaticamente abortado e interrompido. Ele foi levado, mas isso foi

importante. Por quê? Serviu para segurar a situação dele. E naquela oportunidade eu falei que estava sendo monitorado e eles já ficaram em alerta, pois havia fora do país uma onda de denúncias sobre maus-tratos aqui no país. A outra questão que ele levantou que eu quero até aqui fazer justiça neste depoimento. Resgatar também que nem todos os militares foram torturadores. E aconteceu um fato muito importante conosco. Quando eu fui levado ao RO, o comandante era um Coronel que eu não conhecia e não tinha nenhuma relação. Chamado Coronel Hernane Daguiar. Eu me lembro de que eu estava inclusive na sela com um rapaz chamado Jurandir. Não sei o sobrenome dele. Jurandir Costa. Eu estava na sela e ele chegou acompanhado do Subcomandante e mais outro oficial. E assim, nos identificou, se identificou. E ele disse o seguinte: “enquanto comandante desse quartel não vou admitir qualquer tipo de violação e tortura a pessoas detidas nesse quartel. E eu não gostaria de ver essa situação e enquanto eu for comandante deste quartel os senhores não serão torturados”. E disse que não concordava e abominava esse tipo de situação. E de fato enquanto estive nas dependências do RO não houve qualquer tentativa de tortura. E isso é também uma coisa que temos que ressaltar. E depois fui transferido para o 16 RI, onde permaneci por 24 horas e convivi com presos que tinham sido barbaramente torturados. E eles até chegaram a colocar a possibilidade de eu ser torturado também. Inclusive uma pessoa bastante conhecida aqui no Rio Grande do Norte, Rinaldo Barros, não é Luciano? Ficamos numa situação bastante difícil, pois a sela era bastante estreita. Então era uma sela que não dava para ficarmos muito à vontade. Na ocasião, ele havia sido preso em São Paulo pela operação OBAM, tinha sido barbaramente torturado, e estava com duas costelas fraturadas. Na ocasião da conversa com o Coronel, Major Alcântara, eu falei que antontem eu havia estado com um preso que eles torturaram. Esses foram fatos que ocorreram na minha entrada na Universidade. Nós conseguimos com muita luta concluir o curso diferenciado, e aí, eu quero aqui fazer uma ressalva muito importante, que foi um fato que eu só fui tomar conhecimento 15 anos depois. E afetou muito minha vida. E foi o seguinte: eu tinha anteriormente colocado que, no diferenciado, o aluno tinha direito a duas opções. A primeira e a segunda. Então, dependendo do desempenho acadêmico dele, do somatório das notas, ele era classificado de acordo com a escolha. Então como minha primeira opção era Direito, eu tinha, claro, a intenção de cursar Direito. E fato, meu desempenho acadêmico foi muito bom, muito acima da média, fui aprovado em todas as disciplinas. Naquela ocasião as notas eram atribuídas A, B. Inclusive boa parte das notas tinha sido A. eu estava situado entre os melhores alunos da

turma. Mas fui surpreendido com a classificação. Que inclusive hoje me sinto muito à vontade também de ter ficado na segunda opção, para o curso de Ciências Sociais. E um dado interessante, como eu era muito questionador, eu sempre procurava questionar as coisas e fui ao DCE, fui pessoalmente e fiz questão de falar com o diretor do DCE que naquela ocasião era o professor Luís Eduardo Carneiro Costa. Inclusive deixei claro que era muito estranho aquele resultado. Até porque eu tinha conhecimento que minhas notas tinham sido boas. E ele disse: “não, rapaz a disputa foi milimétrica”. E 15 anos depois, em conversa com uns amigos, eu descobri que isso foi totalmente falso. Na verdade, foram utilizados outros critérios que não os critérios justos e corretos. Essa foi a primeira injustiça que eu sofri na Universidade. Que repito: isso não me afetou muito em fazer o curso de Ciências Sociais. Fiz o curso que eu considero um curso bom. Isso não me afetou em termos de realização profissional, mas é que deve ficar registrado. Isso afeta a vida da pessoa, eu poderia ter tido outra trajetória. Não sei, com menor ou maior sucesso. Aconteceram durante minha vida estudantil situações que eu chamo de curiosas. Eu me lembro que no ano de 1964, era comum se realizar aqueles concursos de monitoria. Eu me interessava em fazer esses concursos de monitoria. Eu lembro que o primeiro concurso que eu fiz foi para EPB. E aí aconteceu um fato curioso demais. Isso foi muito engraçado. Eu tomei conhecimento que tinha sido aprovado. Fui aprovado como monitor de EPB, eu não tenho elementos concretos, mas tenho fortes indícios que isso aconteceu. E essa seleção terminou não se concretizando. Um fato muito curioso, não foi chamado ninguém. Já no início do ano que concluí o curso, eu me submeti a outra seleção de monitor. Início de 1975. Foi a monitoria de Ciência Política. Eu fui aprovado e para surpresa nossa, fui chamado. Então houve aí, vamos dizer, certa fragilidade do sistema de informação. Eu fui chamado e fui monitor de Ciência Política no último ano. Bom, concluído o curso de Ciências Sociais, no ano de 1975, eu já era professor da rede estadual, casado, já tinha dois filhos. Em seguida, eu entrei como professor da ETRN, em fevereiro de 1976. No final do ano 1977 abriu-se concurso. Duas vagas para o curso de Ciências Sociais, na disciplina Ciência Política. Tudo dentro das normas. E fui aprovado no concurso. Inclusive eu lembro que foi aprovada a professora Ítala Bezerra. Paraense já falecida.

José Antônio Spinelli: Ela publicou um grande livro sobre a Revolta Paraense, a *Cabanagem*.

Lailson de Almeida: Então, ela já era professora. Ela ficou em primeiro lugar e eu fiquei em segundo lugar. Bastante satisfeito e honrado com a aprovação e classificação. E ingressei na Universidade em fevereiro de 1978. Durante o primeiro semestre eu trabalhei com umas turmas de direito, de economia. E fui surpreendido com o chamado à sala do professor Jardelino Lucena, na ocasião ele era diretor do centro de Ciências Humanas. E de forma bastante honesta, eu quero pontuar isso. O professor Jardelino foi extremamente correto comigo. Não tenho absolutamente nada a dizer de sua gestão e da forma como conduziu a questão, porque não dependia dele, ficou bastante claro na ocasião. Ele me chamou e disse que tinha recebido um veto da ASI e que meu nome era absolutamente inaceitável. Eles, em hipótese alguma, admitiam minha presença na Universidade, e ele inclusive ficou bastante contrariado. Mas como ele era diretor do centro teve a incumbência de relatar o fato. O reitor na época era Domingos Gomes de Lima. E ele fez questão de marcar uma reunião com o reitor, com nós três, e fez questão de esclarecer que meu ingresso tinha sido por meio de concurso. E naquela ocasião ele deixou bem claro que ele não tinha poder de decidir sobre minha situação. E aí fui demitido no final do semestre de 1978. Essa demissão foi muito traumática. Porque, assim, eu tenho até que voltar um pouco os fatos, porque quando eu ingressei na ETRN, em 1976, eu fui chamado lá e tinha um dossiê, onde colocava o seguinte: que eu era um subversivo de alta periculosidade e que, portanto, não poderia permanecer no serviço público federal. Na ocasião, o diretor era Arnaldo Arsênio de Azevedo. Que eu acho que no meu caso foi um homem digno. Eles chegaram a preparar minha demissão, também lá na ITFRN. Mas o fato é que Arnaldo na ocasião, um homem muito ligado a Igreja. Parece que alguém teve uma conversa muito longa com ele e disse que era uma coisa absurda. E ele resolveu afrontar. E ele resolveu não efetivar a demissão. E eu permaneci como professor da ITFRN, nessas circunstâncias. Foi algo assim, muito inusitado que ele teve a posição de enfrentar. Pelo fato de estar sendo demitido da Universidade, isso rapidamente ia chegar à ETRN, e aí eu me apressei e pedi demissão. Eu pedi demissão da ETRN. Eu tinha absoluta certeza que esse fato ia chegar lá. Eu gostaria falar de um fato aqui. Que partiu da ASI daqui e que havia um cidadão, chamado na época Adriel Lopes Cardoso, que chegou a comentar que eu não permaneceria em hipótese alguma na Universidade. Era uma questão dele de eu não permanecer e como eu era impertinente eu fiz uma investigação e descobri onde funcionava a ASI. E terminei entrando lá abruptamente. E lembro até a frase que eu coloquei, eu disse: “rapaz, você imaginasse como senhor do destino das pessoas, mas

isso passará, haverá um dia na história dessa Universidade, que tudo isso que vocês fazem, usei até a expressão: vão para o lixo da história”. Ficava por trás da biblioteca. E eu era considerado, até pelo parentesco com Luciano, uma figura de alta periculosidade.

Carlos Gomes: E você não voltou à Universidade mais?

Lailson de Almeida: Voltei sim. Aí tem uma história, as coisas evidentemente mudam. Eu tive uma grande decepção. Uma figura muito conhecida, acho que até estimada e tal. Mas acho que eu tenho que relatar isso, faz parte da história, não pode ser sublimado não. Eu fui para o Acre, sobreviver, então no ano de 1979 eu recebi um convite de um grande amigo. Um querido amigo nosso, colega nosso, Pedro Vicente da Costa Sobrinho, que na ocasião ele estava em Rio Branco, era professor lá da Universidade e tinha sido nomeado como delegado do SESC, então éramos muito amigos, ele era muito amigo de Luciano. Ele resolveu dar esse apoio. E eu fui para lá com a família, levei minha esposa, meus filhos, eu fiquei no SESC um ano e também ingressei na Universidade lá do Acre. Inclusive lá houve um fato inusitado. Numa determinada conversa lá, o pessoal usava muito essa expressão, inclusive hoje não deve ser usado. Não é politicamente correto. Essa expressão de buraco negro, lista negra. E diziam: “mas rapaz, apareceu aqui uma lista negra de quarenta nomes e tal. Parece que seu nome anda por aí e tal”. Mas não passou disso. Permaneci um ano, que era Fundação Federal do Acre. Fiquei lá um ano, 1979 e no final para 1980, o meu filho mais velho teve um problema de saúde e lá a assistência era muito precária, uma situação muito difícil. E aí eu me desloquei para Natal para fazer esse tratamento. E chegando aqui em Natal, eu resolvi não voltar mais, resolvi enfrentar as coisas. Então na ocasião fiz concurso para o município, para professor de História. Que na época era disputadíssimo. Eu fui aprovado em primeiro lugar em História e voltei para o estado, voltei a ser professor do estado. Fiquei esse período como professor da rede estadual e do município.

Carlos Gomes: Você fez concurso para professor do estado e depois passou a ser professor do município?

Lailson de Almeida: Eu já era professor do estado, apenas me afastaram. Eu voltei para sala de aula pelo estado e fiz concurso para o município. Mas em seguida, eu tinha deixado bons amigos na ETFRN e como foi bom pedir demissão. Porque ficou uma situação não tão mal resolvida. E aí eu apresentei meu currículo, no início dos anos

1980. E fui contratado, naquela época, todo mundo sabe que era um contrato celetista, havia apresentação do currículo e tal. Então fui contratado. Então voltei no início dos anos 1980. Aí fiquei como professor da ETFRN e do município. Aí deixei o estado. Porque fui uma pessoa extremamente legalista. Até hoje mantenho essa característica. Bom, mas há um fato no início de 1980, que eu quero relatar aqui. Que eu fiquei profundamente decepcionado. Papai é uma pessoa muito boa, levado a acreditar muito nas pessoas. E é natural de Nova Cruz. E tinha ligações de infância com a família Marinho. Djalma Marinho, o irmão dele, Milton Aranha Marinho. Eles eram amigos de infância. Aí papai, que era até colega de pelada da infância lá de Nova Cruz, disse: “rapaz, Diógenes que é de Nova Cruz, é o novo reitor. Vamos ver se a gente resolve isso”. Também não podia dizer que não. Eu disse: “está certo”. Aí ele foi na casa, de Nei, eu acho que morava em Apodi. Nei Marinho, irmão de Djalma Marinho. Aí fomos lá, e ele ficou muito perturbado com minha história. Com o que tinha acontecido. Ele disse rapaz isso aconteceu aqui na Universidade? Papai disse: “isso aconteceu ‘e tal’”. Tocou o telefone e disse: “não, isso não pode ficar assim”. Tocou o telefone, teve uma conversa com o reitor. Na época, Diógenes da Cunha Lima. E aí o Diógenes disse: “não, isso jamais poderia ter acontecido. É algo absurdo, não sei o que”. E veio imediatamente para minha casa. E fui imediatamente com papai à casa do reitor. Lá eu fiz um relato. Ele disse: “não professor, eu sou reitor e isso não pode. Vamos fazer o seguinte; o senhor prepare um pequeno relatório e faça um pequeno requerimento e dê entrada que eu vou resolver isso de imediato”.

José Antônio Spinelli: Isso foi em que ano?

Lailson de Almeida: Em 1980. Início de 1980. “Não, isso vai ser resolvido” e até hoje. E não faltou empenho. Por diversas vezes vim aqui na reitoria. Mas nunca se concretizou essa reparação moral ética. De fato nunca foi reparada. Muito bem, aí vem um fato muito importante. Que vai marcar profundamente minha trajetória aqui. Em 1985, o Sarney edita aquela ementa 26, ela teve dupla função. Ela convocou a constituinte e concedeu anistia. E aí baseado nessa lei de anistia...

José Antônio Spinelli: Anistia a servidores?

Lailson de Almeida: Sim. Aos servidores. Existia inclusive bastante ampla para aquelas circunstâncias. O Sarney, nesse caso, eu acho que tem que ser feito uma ressalva importante. Foi muito importante essa anistia. Então eu já ingressei em 1986

com o processo de anistia. Todo inclusive bem fundamentado. Com depoimentos, com declarações de vários colegas de Ciências Sociais. Bom, e aconteceu um fato, que eu acho que esse fato é inédito. Em relação à questão de informações. É que me bateu na cabeça, eu tinha o conhecimento do que o arquivo da ASI, naquela ocasião, se encontrava lá na DEMEC. E eu me dirigir ao arquivo e fui lá normalmente, fiz um requerimento. Solicitando o seguinte: que eles fornecessem todas as informações relativas à minha função aqui na Universidade, inclusive da época. Eu fui receber dias depois, recebi um envelope, ao abrir o envelope, fui surpreendido, pois havia um documento que só dizia que eu era anjo. E aí há uma coisa que só acontece uma vez na vida do indivíduo.

Carlos Gomes: Não te incriminava?

Lailson de Almeida: Não. Dizia que não havia informações relativas à minha pessoa. Quando a moça me entregou os documentos, ao me virar, me deparei com minha pasta. É muito raro isso. E eu como sou muito curioso, não é? Estendi meu braço, peguei minha pasta e os senhores não imaginam o que tinha nessa pasta. Olha, eu acho que SS nazista talvez esteja no mesmo nível. Eu não fiquei com essa pasta, é um grande arrependimento da minha vida, eu deveria ter ficado, de não ter corrido com essa pasta. Então essa pasta tinha relatórios que eu nunca imaginaria. Tinha relatórios da ASI, da Cosern, relatório do Ministério do Exército, da Marinha, meu amigo, tinha tudo. Era um dossiê, tinha relatórios, parecer que dizia exatamente o seguinte: eu era uma pessoa de altíssima periculosidade. E jamais poderia ingressar no serviço público. Era uma pessoa não grata. Absolutamente perigosa. Inclusive, eu ainda vi lá, folhas que mostravam claramente que eu era acompanhado, relatórios codificados. De um lado com papel timbrado dizendo que era um santo e do outro que eu era o diabo. E aí? Terrível isso, não é? E coincidiu que nesse momento chegou o Coronel. O José Renato Leite. E aí eu disse assim: “Coronel, temos que resolver isso aqui”. Ele ficou muito perturbado. Inclusive, ele ficou muito perturbado. E eu disse: “olhe, este documento aqui não me serve, estou devolvendo, mas este aqui me serve”. Aí foi quando ele ficou na porta, impedindo a saída, dizendo que era um documento de propriedade pública, reservado, secreto e tal. E ficamos discutindo. Até que, eu disse: “olhe, eu quero documento que relate sinteticamente que eu fui vetado político e ideologicamente. E eu só entrego essa pasta sob essa condição”. Eu fui bastante claro. Se não eu vou sair daqui e vou usar a força física em direito ao direito de cidadania. Aí, ele sentou-se, preparou o documento.

Bateu e me entregou o documento. Eu fui um dos primeiros brasileiros a ter o ato de ofício. E aí juntei ao processo de anistia. E aí, eu quero relatar um fato, que eu acho que é grotesco. Chega a ser grotesco. Aqui, ocorrido nesta reitoria no ano de 1986. Acho que isso não pode ficar sem ser relatado. Acho que é algo muito importante. O meu processo na ocasião dizia o seguinte: a emenda 26 instituía anistia geral, mas aí o governo teve que baixar, não sei se foi um decreto. Era um elemento normativo. E estabelecia como deveria ser todo o procedimento. Todo o procedimento relativo ao andamento do processo. E dizia claramente o seguinte: que no âmbito da instituição deveriam ser constituídas as comissões de anistia, e essa comissão deveria ser constituída por três membros. Dois funcionários, e presidida pelo chefe de departamento de pessoal. Esse era o procedimento. O reitor baixava uma portaria, instituindo essa comissão, nomeando essa comissão para analisar aquele processo. Muito bem, o que foi que aconteceu? Na época se não me foge, era uma cidadã chamada Keite Maciel. Era a chefe de departamento de pessoal. Então essa senhora procedeu da seguinte maneira: ela pegou o processo e despachou o processo e entregou. Ela deveria entregar ao reitor, esse deveria ser procedimento, o reitor faria o encaminhamento e de acordo com as normas ele baixaria uma portaria, criando no âmbito da Universidade uma comissão de anistia. Constituída de três membros, e presidida pela diretora de departamento pessoal. Bom, deveria ser ela.

Carlos Gomes: Mas existia essa comissão?

Lailson de Almeida: Não. Não existia. A normativa tornava obrigatório esse procedimento. Muito bem, ela recebeu e eu tive contato com ela em três ou quatro ocasiões. Eu fiz um requerimento baseado na emenda 26 e tal.

José Antônio Spinelli: Um requerimento pedindo sua reintegração.

Lailson de Almeida: Exatamente, o termo correto era essa reintegração. Ela pegou o processo e simplesmente passou para uma assessora jurídica. Vou tentar ver se me lembro do nome dela, parece que era Jandira. Mas o procedimento completamente errado. Quando eu tomei conhecimento, eu voltei e disse: “olha, esse procedimento não é correto e mostrei, e disse: ‘vou ter que comunicar ao reitor. Ele tem que baixar uma portaria e tal’”. E ela simplesmente ignorou. Entregou a essa senhora que fez um relatório que é uma coisa espantosa. No relatório, ela colocava o seguinte: que a

Universidade tinha feito muito bem em ter me demitido, porque eu era um subversivo perigoso.

José Antônio Spinelli: Isso já em 1986?

Lailson de Almeida: Sim. Que a Universidade tinha agido de maneira certa ao se livrar de uma pessoa que oferecia risco à tranquilidade e vida universitária. Eu, tomando conhecimento desse fato, solicitei uma audiência ao reitor Genivaldo Barros. Que aqui eu quero fazer uma ressalva. E foi uma das mais gratas surpresas da minha vida. E era considerada uma pessoa bastante conservadora e dentro de padrões bem tradicionais. Muito bem, esse cidadão me recebeu e teve a delicadeza de me escutar com bastante atenção. Eu relatei todos os fatos, inclusive eu fui bastante claro com ele. Olhe, sua assessora está infringindo a lei e isso pode causar sérios danos a sua pessoa. Pessoa enquanto gestor, e eu expliquei a ele que se ele corroborasse com aquilo que estava se passando, eu entraria com um processo contra a Universidade e faria uma ampla denúncia na imprensa local e nacional. Eu fui bastante claro. Mas ele me ouviu com muita atenção e no final ele não era uma pessoa que estava muito inteirado, e solicitou um tempo para analisar. Ele disse: “olhe, professor, dá para o senhor aguardar uns dias?”. Eu disse: “não, não tem problema nenhum. Já esperei bastante, não tem problema, eu aguardo”. Ele disse que entrava em contato comigo e pegou meu telefone. E para minha surpresa, dois dias depois ele ligou para mim. Ele disse: “olhe, professor, eu resolvi não adotar nenhum procedimento quanto ao seu processo. Não vou acatar o despacho da minha auxiliar, não vou fazer nada. Estou viajando amanhã para Brasília e estou pensando em levar o processo, o senhor autoriza?”. Eu disse: “é, eu autorizo”. Ele disse: “eu vou levar para o MEC e fazer algumas consultas”. Eu disse: “não tem problema, o senhor pode levar o processo”. Ele levou o processo ao MEC, acho que dois dias depois ele, mais uma vez, ligou para minha residência, e relatou o fato. Disse: “olhe, professor, eu tive obtendo informações lá no MEC e realmente descobri que lá tem uma comissão central de anistia. E mostrando seu processo, eles ficaram muito interessados” – foi uma surpresa muito grande, meu caso tinha chamado muita atenção para ele – “eu resolvi deixar com essa comissão”. Ele disse: “tem problema?” Eu disse que de forma nenhuma, “vamos aguardar”. Umás duas semanas depois, recebo uma ligação em casa, da então presidente da comissão de anistia do MEC. Fazendo o seguinte relato: o primeiro foi no sentido de que a comissão tinha considerado um caso muito interessante, muito marcante e que diante dos elementos, o processo tinha

concessão imediata. Então a comissão concedeu a anistia me reintegrando à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com todos os direitos, com todo tempo, todas as progressões. Então, ele disse que fez questão de fazer isso, a presidente da comissão. Eu nunca a conheci pessoalmente. Nunca tive contato com essa pessoa. Mas ela teve essa iniciativa. E também apresentou uma sugestão. Ela disse que dois servidores... o procedimento era criminoso, que me orientava em ajuizar uma ação contra os dois servidores da Universidade. Eu na ocasião disse que não tinha muito interesse e tal. Naquele momento estava mais preocupado em resolver minha situação. Eu não tinha nenhuma preocupação em retaliação e tal. Portanto abandonava essa perspectiva de ajuização. Ela até usou uma expressão muito grande, assim: ela disse que respeitava minha posição, achava uma atitude grandeza. E aí vem a ironia não é, gente? Essa vida nos reserva coisas irônicas. Eu fui anistiado e reintegrado no governo de José Sarney. E meu ato de anistia foi assinado pelo então ministro da Educação Jorge Bornhausen. Algo que é importante. Ele na ocasião era ministro da Educação.

José Antônio Spinelli: Ele foi ministro de alguma coisa, mas ele é e foi, sobretudo, banqueiro. Defendeu sempre os interesses dos bancos no Congresso Nacional e nos postos que ocupou.

Luciano de Almeida: Exatamente, isso me chama a atenção, porque é o seguinte: eu voltei, reingressei, na ocasião, o reitor foi uma figura bastante correta, e eu quero deixar ressaltado isso. Não o conhecia, nunca tinha tido contato nenhum com ele, mas ele agiu de forma correta. Ele foi correto. Foi bastante ágil, mandou publicar todas as portarias. Foi de uma agilidade que não há como.

Carlos Gomes: Pelo que eu conheço ele era assim mesmo. É dá índole dele.

[Inaudível].

Lailson de Almeida: Pois é, eu quero ressaltar isso. A atitude de Jardelino, foi correto, quero deixar claro isso. Ele não tinha absolutamente nada o que fazer. Não guardo qualquer rancor e em relação ao reitor. Com Diógenes também não tenho nada, só não foi resolvido. Também não vou aqui lamentar, era importante fazer o registro. Muito bem.

Carlos Gomes: Ficou só uma coisinha pendente. Você quando falou aí, estava lá Cleantho Siqueira. Ele fez ou não alguma coisa com você?

Lailson de Almeida: Não. Não. Eu quero ressaltar isso, eu não fui torturado. Foi uma situação circunstancial, foi uma questão de oportunidade. Eu quero deixar ressaltado isso. Eu tive uma passagem muito curta pelo 16 RI, que lá ocorria as torturas. Inclusive fiquei em condições desumanas. Passei 24 horas junto com Rinaldo, em condições desumanas. Inclusive eu não conseguia me mexer muito porque, como ele estava bastante machucado, eu fazia um esforço muito grande para não tirar ele do lugar. Isso aí tem que ficar registrado que foi uma questão circunstancial. Isso foi fisicamente.

Carlos Gomes: Psicologicamente, sim.

Lailson de Almeida: Olha, tem um episódio aqui. Eu até passei, porque assim, essa pessoa, que hoje é falecida, e é uma questão muito complicada você falar sobre alguém que já faleceu. Uma pessoa que me fez muito mal, eu não queria relatar, mas vou comentar o episódio. Até para servir como minha vivência. Eu sendo conduzido ao RO, repito, não fui torturado, porque essa foi uma posição do comandante. Eu chegando no RO, eu fui conduzido a uma sela, tem duas selas lá, uma pequenininha, e uma bem mais ampla. Eu fiquei nessa ampla e chegando lá eu encontrei um cidadão lá preso. Pelo menos aparentemente preso. Dizia-se preso. Ele se dizia perseguido político. Mas depois descobri que não era. Ele era na realidade um agente.

Carlos Gomes: Quer dizer o nome não?

Lailson de Almeida: Eu vou relatar aqui o fato e vou pensar aqui. É uma coincidência muito grande... ele, durante uma tarde, quase um dia que permaneci com ele, e ele era bastante falante, primeiro se identificou como militante político. Que era da JEC (Juventude Estudantil Católica). Em seguida tinha sido preso e tal. E ele perguntava minha organização, a quem eu estava ligado. E eu não o conhecia, então me contive. Mas foi assim, uma coisa natural, me contive, não falei muito com ele. Depois ele saiu, foi retirado, depois veio um cidadão chamado Jurandir. Permaneci alguns dias com Jurandir, na cela. Depois ele foi retirado, e aí veio um rapaz, eu não me lembro do nome dele, esse rapaz morava nas Quintas. Foi quando ele me relatou que a primeira figura, era um agente infiltrado. Ele tinha estado com essa pessoa, naturalmente tinha dado informações e estava sendo indiciado. E estava muito perturbado, em algumas ocasiões

ele tentou até se suicidar na cela, eu contive, fiquei contendo e tal. E para minha surpresa esse cidadão era professor da ETRN.

José Antônio Spinelli: Qual deles o segundo ou o agente?

Lailson de Almeida: O agente.

Carlos Gomes: Você não lembra o nome desse segundo?

Lailson de Almeida Não. Eu só tinha informação que ele morava nas Quintas. Mas esse rapaz, que esteve no RO, era professor do ETRN e há um fato interessante. Quando eu ingressei lá, no início de 1976, como professor, dois meses depois, eu subindo a rampa, ele vinha e ficou frente a frente comigo, e ele ficou muito perturbado. Não conseguiu falar.

José Antônio Spinelli: Isso depois da prisão?

Lailson de Almeida: Sim, isso depois da prisão. E eu continuei e tal, e aí, veio o fato desagradável, chegou no ETRN que tinha chegado um dossiê e nesse dossiê estava contando que eu era um subversivo de alta periculosidade. E eu imagino que essa informação tenha sido passada por esse cidadão. Já falecido recentemente. É... o cara já falecido, se ele fosse vivo eu diria. Eu estou relatando o fato para mostrar o que se passava nos porões, porque havia desde a tortura a esse tipo de procedimento. Muito bem, agora concluindo, eu gostaria de encerrar o seguinte: ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, foi editada uma medida provisória que regulamente o artigo 8º, não é Luciano? Das discussões transitórias. Essa medida provisória, ela foi transformada em lei ainda no governo FHC. Em 2002, a Lei 10.559, essa regulamentava as discussões transitórias da Constituição, e na realidade dá uma amplitude bem maior, quer dizer, amplia a anistia. E aí, em função dessa nova legislação, eu e meu irmão protocolamos um pedido, no meu caso, e no caso dele também, adequação da nossa condição de anistiado e essa nova lei. Que é que está estabelecido na lei? Acho que no Artigo 19 ela trata já da situação dos já anistiados políticos. Adéqua os anistiados políticos à nova lei. E aí, eu tive uma desagradável surpresa. Em plena era de um governo popular, para você ver como as coisas são interessantes. Eu fui anistiado por Jorge Bornhausen, e fui duramente desanistiado pelo governo Lula, que vai me marcar para sempre. Ela vai ser uma marca permanente. Agora por total incompetência, total indiferença, total falta de sensibilidade, por essa Comissão de Anistia.

Carlos Gomes: Essa mesma do MEC?

Lailson de Almeida Não. Essa do Ministério da Justiça. Olhe, tem fatos escabrosos, é importante que ele saiba, inclusive eu estive lá e relatei isso.

Carlos Gomes: Quer dizer, não lhe enquadraram nessa nova situação?

Lailson de Almeida: Não. Eu vou explicar como foi que aconteceu, nessa Lei de Anistia, ela estabelece o seguinte: ela concede anistia para quem não ingressou ainda, os que ainda não foram contemplados, beneficiados, mas ela abre lá, uma parte, está muito clara no Artigo XIX. Ela coloca o seguinte: para os já anistiados políticos a hipótese de adequação. Então ela estabelece o seguinte; a figura do paradigma. Por exemplo, professor Spinelli, que é lá do meu departamento, é professor, ele é meu contemporâneo, então a lei permite que seja estabelecida uma condição de igualdade mesmo com condições diferenciadas. Está lá, a lei é muito clara. Então o que eu solicitei desde o início foi exatamente isso, o meu requerimento já anunciando que eu era reintegrado, beneficiado de anistia política. O que eu desde o início pleiteava era exatamente a adequação da minha condição de anistiado político à nova lei. Muito bem, o primeiro relator foi de uma indelicadeza, de uma, acho que inoperância, incompetência, que eu anexe ao processo, o primeiro processo de 1987, eu anexo o meu processo, com todas as peças, com tudo, no final, não é Luciano? Autorizo em caso de dúvida a consulta aos órgãos, ABIM. Ele disse o seguinte: que eu conto história, mas não apresento fatos, mas contraditoriamente ele reconhece minha condição de anistiado político e só, não dá resposta nenhuma ao requerimento. Eu não requeri a anistia, em nenhum momento requeri a anistia, está lá. Dito e repetida vezes. Bem, entrei com recurso, fiz um trabalho minucioso, mostrei mais uma vez os erros cometidos pelo primeiro relator, tal de José Messias. Erros crassos, absurdos, do ponto de vista de processo administrativo. Relatei, pedi para ele observar o que está estabelecido na lei e a minha situação, o outro fez pior. O outro ao analisar, no final ele conclui pelo indeferimento da anistia política. O pedido de anistia política, como indeferido.

Carlos Gomes: Mas você não pediu anistia política?

Lailson de Almeida: Não, em nenhum momento. Diante disso, eu escrevi uma carta, uma carta muito dura, ao então Ministro da Justiça, o então Márcio Tomas Bastos. Onde relato tudo minuciosamente. Mostro os erros absurdos que foram cometidos, e aí, ele

percebendo o absurdo, determina a nulidade, segundo a Portaria que me desanistiou. Essa palavra é nova ouviu gente? Portanto, ele manda tornar nula essa Portaria, portanto, eu volto à situação indefinida anterior. E, portanto, assim permaneço até hoje. Fui lá conversar com o presidente da comissão, ele não estava presente, falei com o vice-presidente. Mostrei tudo, mostrei os erros absurdos que tinha, no final, ele disse: “é, lamento muito, mas não tem mais prazo, fale com o Ministro da Justiça”. Esse relato é bom ser colocado, porque assim, Luciano também não foi muito bem tratado, não é Luciano? Pelo menos no final ele teve, foi anistiado. Olhe, há um fato, que eu, Lailson de Almeida, não acredito muito no Poder Judiciário. Eu digo isso a partir de uma série de eventos. Então eu entrei, constituí um advogado, Paulo Coutinho, ele entrou, caiu então nas mãos do Juiz Barros, Francisco Barros. E eu fui surpreendido pelo seguinte: exatamente contestando tudo isso, mostrando tudo isso, sim, e há um parecer do Ministério Público, que dá amplo conhecimento dos fatos, como fato inédito. Coloca lá que seja apenas limitado e tal, mas para surpresa nossa, o Barros negou. Entramos com recurso, foi exatamente no mesmo período que ele foi para Recife, e coincidentemente o processo já foi distribuído para ele na condição de desembargador. E não pode, aí, foi feito um impedimento e tal. E aí, há um corporativismo muito grande.

Carlos Gomes: Mas não foi julgado ainda não?

Lailson de Almeida: Foi. E foi mantido. Contrariando todo o bom direito, e assim, e aí o Paulo achou por bem não recorrer mais, e ele veio analisando a possibilidade de entrar com outro procedimento. Que eu fiquei desinteressado porque eu venho descobrindo coisas horrorosas sobre o Poder Judiciário. Eu sou dirigente sindical, e lido com isso há mais de vinte anos. As surpresas desagradáveis que tenho tido são tão grandes! Eu vou relatar só um fato aqui, que fogue um pouco, mas só para dar um exemplo. Eu, como dirigente sindical, nós ganhamos um processo, uma ação trabalhista em 1990. Os planos econômicos, planos impresso e verão, foram incorporados, foi recebido o passivo. Isso em 1990. Foi incorporado em 90 e os passivos foram pagos em 1992 e 1993, certo? Sem ter posições de ações decisórias, porque não cabia na ocasião, porque o processo ele transitou e foi julgado em 1990. E havia ocasião dois enunciados do TST, que estabelecia que os planos econômicos eram líquidos e certos do trabalhador. Era patrimônio do trabalhador, portanto, era impossível se utilizar o recurso da ação rescisória, então o processo transitado e julgado, perfeito e tal. Quando Lula assumiu, para surpresa nossa, ele mandou a GJU entrar com uma medida visionária. Perdeu feio,

não cabia mais. Mas, para surpresa nossa, agora, recentemente, o governo entrou com uma ação ordinária e, pasmem, o Juiz substituto da 5ª Vara, contrariando tudo que é cláusula pétrea e tal, não só recebeu o procedimento como decidiu pela nulidade do processo. Pela suspensão do direito. Algo inédito. Muito bem, aconteceu isso, nós ainda continuamos lutando, entramos com recurso para Recife, lá que a surpresa foi mais desagradável ainda, nos chocou terrivelmente. E chegando a Recife nós tivemos contato com a assessoria, mostramos o absurdo que tinha acontecido. Relator não estava presente, mas o assessor disse que entendia e tal. Nos cinco primeiros recursos ganhamos tranquilo. Mas a partir do sexto processo, foram 76 processos, ele mudou completamente, e daí para frente ele mudou o processo. E aí chegamos a umas conclusões incríveis, não sei se posso colocar aqui, mas vou colocar, é que os desembargadores leem mais o processo, os ministros não leem mais os processos. Eles ficam a cargo de assessores e aí as coisas funcionam de forma estranha. Muito estranha. E é por isso que eu não acredito mais no Poder Judiciário.

Carlos Gomes: É, nós fizemos um período de desarranjo político. Falta de segurança política.

Lailson de Almeida: Nós descobrimos lá em Brasília casos assim, absurdos, tipos assim: um processo vai para um ministro, ele entrega ao assessor, o assessor elabora o relatório e aí você tem vários tipos de assessores, você tem um assessor que tem um entendimento A, e outro que tem um entendimento B. Então esse aqui ele é um funcionário do quadro permanente, vamos dizer assim, da GU, cedido com uma gratificação ao gabinete do ministro. Então já sabe aí qual entendimento dele. Então ele dá um parecer sob a ótica desses interesses aqui. E o ministro lamentavelmente não lê, ele simplesmente assina e lê aquele relatório de forma sucinta. E é assim que ações judiciais têm sido decididas nesse país, Doutor Carlos. Portanto, isso nos faz não acreditar mais no Poder Judiciário.

Carlos Gomes: Eu queria só dizer uma coisa. Os jovens que aqui estão presentes e que são estudantes de Direito não fiquem tristes com isso, porque isso é um desabafo de quem teve uma vida, teve uma vivência, compete a vocês começar a modificar. Eu quando ainda dava aula, eu dizia: “olhe, não acredite no que eu estou dizendo não. Porque isso é um desabafo de quem sofreu e não tem mais força para lutar contra isso”. Mas vocês têm. Então, que isso serve de uma semente para ser plantada e se corrigir no

futuro. O que ele está dizendo, eu sinto a mesma coisa. Eu até deixei de advogar, eu não advogo mais. Mesmo por ganhar uma coisa, ganhar por saber que fulano é amigo de fulano. O Poder Judiciário não pode ter amizades a esse ponto. De tolher a verdade jurídica. E tem muita coisa mudada, nós vivemos um período, um momento, de insegurança jurídica, não tenha dúvida, mas que tem jeito tem. Graças ao estudo de vocês. A apresentação de fatos novos e a uma modificação. Alguma pergunta a ele?

Lucila Barbalho Nascimento: Professor, em que ano o senhor tornou-se funcionário do CEFET?

Lailson de Almeida: Do CEFET, foi em fevereiro de 1976.

Lucila Barbalho Nascimento: Em uma das buscas feitas por documentação para subsidiar justamente essas discussões da Comissão da Verdade foi localizada uma caixa arquivo com algumas documentações da ASI, principalmente oriundas da ASI da UFRN. E aí, foi localizada uma parte de seu prontuário. Foi enviada à ETFERN em 1976, por isso que eu perguntei o ano que o senhor entrou. E aí, a pesquisa seria em relação ao seu nome e do Everton de Macedo Gurgel Pinto. Isso, aí no caso em relação a ele, não foi encontrado nada, ao menos nesse prontuário não em anexo, e tem uma parte de seu prontuário, e aí Juan tirou Xerox para que o senhor ficasse, porque nós já temos essa documentação escaneada.

Carlos Gomes: Isso é você?

[Risos]

Lailson de Almeida: Pois é. [Risos].

Carlos Gomes: Olhe, eu reputo seu testemunho aqui, muito valioso. Muito coerente, muito didático. Bom, alguma indagação?

José Antônio Spinelli: Eu tenho algumas perguntas. Em primeiro lugar, quero expressar minha satisfação em ter a presença aqui de dois amigos de longa data. Lailson e Luciano, com quem eu convivi em épocas diferentes. Há muito tempo eu vejo Luciano, mas eu me lembro de um momento em que estivemos muito próximos realmente. E Lailson, meu colega de departamento. Colega de universidade. São pessoas pelas quais eu tenho maior respeito, maior admiração. Seu depoimento foi realmente riquíssimo. Muito consistente e aponta fatos muito importantes. E eu teria

algumas perguntas a fazer, Lailson, esclarecimento mais, primeiro, começando pela ordem do seu relato. Você foi preso em 1972. Pelo que você relatou, eu suponho que sua prisão tem haver, sobretudo, com seu parentesco muito próximo com Luciano. Você relatou outros fatos, mas você não tinha nenhuma ligação com partido político. De esquerda, não tinha. Mas eu pergunto o seguinte: durante o período de interrogatório, houve alusão a atividades que você desenvolveria na UFRN?

Lailson de Almeida: Não. Não. Agora você me fez lembrar um fato muito importante que a gente vai recuperando. A minha prisão em 1972 tem um elemento assim, que não pode ser esquecido, mas que foi momentaneamente esquecido. Na realidade, minha prisão se deu também pela prisão de um rapaz na época, chamado Roberto Batuira. Esse rapaz seria muito importante, ele tem muito... talvez não seja o caso, pois ele não tem vivência na Universidade.

Lucila Barbalho Nascimento: Professor, tem o nome dele completo no prontuário, da ASI. Tem o nome completo. Acho que é Roberto Batuira Furtado, se não me engano.

Lailson de Almeida: Certo. Então eu vou relatar, foi um fato muito triste e lamentável. Esse rapaz na ocasião tinha dezessete anos. E a gente conversava, participava da campanha pelo voto nulo, ia nas escolas, fazia movimentação. Mas era isso, se limitava a isso, na verdade não havia grandes... E esse rapaz foi preso, e ele com 17 anos foi levado para Recife. E lá foi submetido às torturas mais terríveis que um ser humano pode ser submetido. Ele me relatou isso inclusive no QG, esse relato ele me fez no QG, no momento em que ele foi levado e chorou muito. Ele chorou copiosamente. E vou relatar a cena, quando ele entrou que me viu, ele caiu em prantos, era um garoto, um menino, aí ele falou que tinha sido torturado das formas mais absurdas no DOPS de Recife, foi seviciado, foi a coisa mais terrível. E ele disse da forma mais espontânea, falou no meu nome, mas ele disse que falou em circunstâncias absolutamente absurdas. Ele disse que no momento estava tendo alucinações. E nessa hora falou o nome de várias pessoas, e várias pessoas foram presas. E ele me pediu perdão. E eu o perdoei no momento, achei absolutamente natural o que ele tinha feito. Coloquei para ele que não teria qualquer tipo de mágoa porque achava absolutamente natural do ser humano. Portanto, esse rapaz foi submetido às condições mais desumanas. DOPS com 17 anos em Recife. Torturado, acho que talvez até pelo Major Alcântara. Eu não tenho conhecimento, mas pela época, pelo momento, ele, inclusive, o Major Alcântara, era um

dos torturadores, terminou torturando Rubens Lemos, aquele estudante Mata Machado. Ele foi assassino, um torturador assassino. E eu me sinto muito satisfeito de ter dito isso na cara dele. Não me arrependo, poderia ter morrido, mas não me arrependo, certo? Outra coisa, sim... aí esse rapaz foi um rapaz muito sofrido, o Roberto Batuira. Sofreu muito, inclusive ele também foi muito injustiçado, pois ele viveu um drama, porque quando ele foi preso, depois solto, né? Ele voltou a estudar, e fez concurso no Banco do Brasil e foi aprovado. E designado, olha a situação desse rapaz. Ele foi designado para trabalhar na agência de Pernambuco, na cidade Floresta, ele lá, coitado, em pleno... ele disse que um belo dia estava lá no seu birô, chegou simplesmente o tal do Major Ferreira. E o Major Ferreira falando assim com ele, disse que sabia onde ele morava, os familiares, e se ele não aprovasse tais e tais projetos, ele e a família seriam mortos. E ele aprovou, e foi o “escândalo da mandioca”. E ele foi demitido por conta disso. Ele disse que não tinha o que fazer. Era aprovar ou morrer. E todo mundo sabe quem é famigerado. Após toda situação vivida aqui, ele ainda vivenciou esse drama. O meu caso tem a participação desse rapaz, que eu não tenho qualquer tipo de mágoa em relação a ele. Está dentro daquilo que é previsível no ser humano.

José Antônio Spinelli: Outro esclarecimento que eu gostaria. Você fez referência ao vestibular de 1972, você concorreu ao vestibular de Direito como primeira opção e como segunda opção, Ciências Sociais.

Lailson de Almeida: Era. Não era propriamente vestibular. Nós fazíamos o vestibular para área, a área de humanas ou área biomédica, o primeiro ano era chamado de indiferenciado. Então você não tinha curso definido.

José Antônio Spinelli: Sim, mas ao fazer o vestibular, você fazia uma opção.

Lailson de Almeida: Não. A opção era feita na matrícula, na matrícula era que eram estabelecidas as opções.

José Antônio Spinelli: Quem estabelecia era o aluno?

Lailson de Almeida: Era o aluno. A escolha era do aluno.

José Antônio Spinelli: Aí você escolheu Direito?

Lailson de Almeida: Escolhi Direito, como primeira opção, e Ciências Sociais como segunda opção.

José Antônio Spinelli: E aí houve uma manipulação?

Lailson de Almeida: Sem dúvida nenhuma.

José Antônio Spinelli: Você teria mais dados sobre isso?

Lailson de Almeida: Não. Naquela época a gente não tinha acesso. Essa informação eu obtive anos depois, numa ocasião em que eu estava conversando com uns amigos e aí, acho que 15 ou 20 anos depois, e a gente conversando voltou aquela conversa. Um possível colega de turma, Caio, promotor, disse: “mas Lailson, e aquela situação?”. Ali houve manobras e tal até porque pessoas que tinham sido reprovadas, inclusive naquele primeiro ano indiferenciado e que, portanto, estariam fora da classificação em primeira opção, foram contemplados com primeira opção. Caio Graco Pereira de Paulo.

Luciano de Almeida: Mas em relação a esses procedimentos, porque essas questões são decididas administrativamente, e deve ter algum registro, não é? Documentos que podem ser verificados, quem decidiu, por exemplo, quem era o diretor...

Lailson de Almeida: Na época quem era o diretor era Luis Eduardo Carneiro Costa, era o DAE. Eu ainda tentei, fui lá, argumentei, mas não tinha condições, naquela época as condições eram extremamente adversas, você não tinha elementos, então, tudo era mantido em absoluto segredo. Tudo reservado, mas eu tive essa informação posterior, mas houve manobras que prejudicaram pessoas e contemplaram outras. E isso aconteceu e vai continuar acontecendo muito.

José Antônio Spinelli: Isso pode acontecer, mas num período repressivo isso pode acontecer com mais frequência.

Lailson de Almeida: Isso.

José Antônio Spinelli: Há outro dado aqui, você falou para o concurso de monitoria no ano 1974, para a disciplina de EPB. Mas o que houve, você disse que foi aprovado, mas em seguida não foi chamado, ninguém foi chamado.

Lailson de Almeida: Ninguém. Isso foi muito interessante. Foi uma situação muito inusitada. Eles abriram, houve as inscrições, ocorreu a prova, e eu tive informação porque eu vim aqui na reitoria e pessoas de boa-fé me confirmaram, “você foi aprovado”. O pessoal está fechando para divulgar.

José Antônio Spinelli: Você não recebeu nenhum documento de aprovação?

Lailson de Almeida: Nenhum. Não sei se ainda tenho, mas eu recebi uma declaração.

José Antônio Spinelli: É bom você procurar essa declaração e encaminhar para a comissão.

Lailson de Almeida: Eu vou procurar.

Carlos Gomes: Isso foi em 1974?

Lailson de Almeida: Foi em 1974. E também no concurso para entrar na Universidade eu tive sérias dúvidas se conseguiria. Eu também fui surpreendido.

Carlos Gomes: É. O papel de Genivaldo foi bem interessante.

Lailson de Almeida: Eu fui surpreendido, porque até quem participou da minha banca foi, não sei se ele já participou, foi Paulo Lobo Saraiva. Do concurso de Ciência Política. Ele e mais outra pessoa que não me recordo bem, mas ele eu me recordo que ele foi quem participou, ele inclusive me falou: “olha, rapaz, você fez uma excelente prova”. Lembro-me bem, ele foi. Não se ele foi importante, porque antes de sair oficialmente já tinha sido divulgado e tal. Eu acho que isso tenha me beneficiado no sentido de ser chamado.

José Antônio Spinelli: Acho que eram esses os esclarecimentos, sobre a demissão na escola técnica, você tinha informações na ASI.

Lailson de Almeida: Eu tinha elementos de que essas informações haviam partido de lá mesmo.

José Antônio Spinelli: De lá da ETFRN.

José Antônio Spinelli: Mas pelo o que se conta aqui, houve uma correspondência da ASI da UFRN, quer dizer, a ASI estendia seus tentáculos para além da UFRN.

Lailson de Almeida: Isso para mim é surpresa.

[Inaudível].

José Antônio Spinelli: Que prestou depoimento aqui recentemente. E que era nosso colega de departamento.

Lailson de Almeida: Inclusive de disciplina de Ciência Política. Vocês imaginem em que companhias infelizmente nós andávamos.

José Antônio Spinelli: É, já houve outro caso de um colega aqui, que você conhece muito bem, professor Alfredo Nunes, que também foi prejudicado pela ASI. Houve recomendação da ASI, acho que foi também com Jurandir Navarro.

Lailson de Almeida: Eu tenho inclusive um relato interessante sobre o nosso colega Alfredo, é curto, só para ilustrar, o processo dele também ficou travado aqui, e eu sempre fui assim, sempre procurei ajudar as pessoas, é uma coisa natural, faz parte. E aí, eu me coloquei à disposição dele e fui até o arquivo da ASI, inclusive acompanhado do nosso colega Antônio Joaquim. E aconteceu um fato muito engraçado. Me dirigindo lá aos arquivos, e chegando lá, acho que foi o Coronel mesmo, eu me sentei e disse assim: “olhe, Coronel, esse caso desse rapaz aqui é igual ao meu”. E já fui afirmando que tinha uma pasta dele lá. E esse documento saiu rápido, na hora. Foi muito engraçado, e cheguei e disse assim: “olhe, Coronel, esse colega também está com um processo tramitando, é importante para informar melhor o processo e tal. Deve ter uma pasta dele com o mesmo conteúdo” – e bateu e entregou. Então eu me sinto muito feliz de ter dado essa pequena contribuição ao nosso amigo, Antonio Alfredo.

Jênio Sávio: Professor Lailson, então quer dizer que esse Coronel era o José Renato Leite?

Lailson de Almeida: Era.

Jênio Sávio: Foi coronel da CAPEMI, ligada à Cosern. Me desculpe ter falado assim, sem me apresentar, meu nome é Jênio Sávio, ex-aluno de Medicina e aluno de Sociologia e agora depois de 50 anos vou tentar Direito ou Medicina de novo. Eu quero relatar um fato peculiar. Este Coronel, José Renato Leite... aconteceu né? As famílias se unem. Foi sogro de uma irmã minha falecida. Em que circunstâncias essa irmã minha foi falecida? Eu fui vizinho durante muitos anos do doutor Carlos de Miranda Gomes. Essa minha irmã faleceu, hoje a gente sabe que ela faleceu de depressão endógena, não foi diagnosticado, porque não foi diagnosticado? Ela se suicidou do 13º andar, no edifício na Rodrigues Alves em frente ao seminário São Pedro, no apartamento dessa pessoa, o Coronel Renato. Ela tinha predisposição endógena, tentou suicídio e efetivou. Isso foi em 2003. A família, indiferente, de última hora, católico, mas de base militar, e

o fato dela ter cometido suicídio relata bem a indiferença da família. Eu não sou contra militares, eu sou contra a indiferença de um militarismo. Que minha irmã sem consciência entrou nessa família, e hoje, devidamente, está em outro mundo.

Lailson de Almeida: Agora, eu quero ressaltar aqui, que essa relação com esse Coronel se dá exclusivamente naquela busca por aqueles documentos, eu não tenho outras informações para falar sobre ele.

Jênio Sávio: A atitude dele foi colaborativa?

Lailson de Almeida: Não. Ele foi indiferente. Foi resolver dar um documento que nada dizia. E no segundo momento ele ficou preocupado pelo fato de eu ter tido acesso e ter folheado a parte importante. Ter tido acesso às informações contidas na pasta. E naturalmente cumprindo o papel dele, aí cada um tem sua função, ele não queria de forma nenhuma que esse documento saísse daquele espaço. Então a minha relação está circunscrita a esse episódio. Não tenho mais a relatar sobre o que ele, fez ou deixou de fazer.

Carlos Gomes: A ASI já estava extinta.

Lailson de Almeida: Já estava extinta, eram arquivos.

Carlos Gomes: Era ali na rodoviária.

Lailson de Almeida: Ele tinha mera função de cuidar dos arquivos, não tinha mais função de espião.

Jênio Sávio: Eu só fiz referência porque essa pessoa era sogro da minha irmã. E que todos na linha da família chamam-se José Renato Leite. É o filho, Coronel o pai, o tio general. Até hoje parece que escrevem artigos aqui num jornal da cidade, que não vou citar o nome. Numa linha bem conservadora, bem à direita.

José Antônio Spinelli: Só um esclarecimento. Você tem notícias de onde estariam esses arquivos da ASI?

Lailson de Almeida: Não. A informação depois, depois desse meu episódio e do caso de Alfredo, parece que eles resolveram transferir. Acho que ficaram preocupados com a perspectiva desse material cair em outras mãos. Pode ser que eles retiraram de lá.

Carlos Gomes: Você estava aqui quando Renato Leite veio aqui depor?

José Antônio Spinelli: Não. Não estava.

Carlos Gomes: Ele chegou a dizer: “eu acho que está não sei o que lá do segundo do Exército”.

[Inaudível]

Lailson de Almeida: Sim, Araci era a secretária dele.

Carlos Gomes: Muito bem, mais alguma indagação? Tem? Pois não Juan.

[Inaudível]

Carlos Gomes: A pergunta será essa, saber se tem.

[Inaudível]

Carlos Gomes: É, mas eu falei com ela. Não foi na época em que ela estava lá. Ela me disse que quando saiu deixou o documento.

Jênio Sávio: Mas ela saiu quando? Em que época?

Carlos Gomes: Eu não perguntei, mas ela disse que quando deixou, quando foi para lá, já estava extinta. Agora, indicam uma pessoa, que teria sido a última, que tem conhecimento, que é uma pessoa chamada Silvestre, irmão de Françoar, mas não consegui contato, mandei e-mail para uma filha de Françoar, ela não me retornou. Ele não mora aqui, mora em outro estado. Ele trabalhava tomando conta do arquivo e quando José Renato pediu para ele ver uma questão de uma caixa lá, ele percebeu que também estava envolvido. Eu também estou aqui. Ele era funcionário da DEMEC. O Coronel José Renato quando saiu o deixou lá. Muito bem, então, ao nosso estimado Lailson, eu restituo a palavra para que ele faça suas considerações finais.

Lailson de Almeida: Bom, acho que a conclusão é que o que aconteceu no passado, evidentemente, não volte mais a acontecer. E que...

José Antônio Spinelli: Que se voltar, pela previsão de Marx, vai ser como comédia, né? [risos].

Lailson de Almeida: É assim, as pessoas, às vezes, por ser algo passado, por ter acontecido, perdem um pouco da perspectiva do que foi. Em que nível e profundidade afetaram a vida das pessoas. Então, veja bem, nós recuperamos tudo, nossa vida foi toda refeita, não tivemos maiores consequências, mas poderíamos ter tido, duras e grandes consequências disso. Porque, assim, nós conseguimos manter uma situação de equilíbrio e tal. A nossa vida foi uma constante busca de retomar, né? Eu diria assim, que em várias oportunidades eu recomecei do zero. E não é uma indenização ou outra que restitui isso. Eu acho que fui injustiçado na Comissão de Anistia. Fui profundamente injustiçado e tal, mas não lamento isso não, isso me perturba, eu me sinto hoje, não vou dizer plenamente, mas realizado. Então isso não me deixou muito trauma, mas causou danos.

Carlos Gomes: Você poderia ser um ministro, poderia ser... se tivesse enveredado pela carreira jurídica.

Lailson de Almeida: Podia ter sido, inclusive, assim, alguns amigos dizem assim: “rapaz, você teria sido melhor um advogado que um professor”. Não dá para você fazer essa ponte. É tanto que eu vou confessar uma coisa, eu nunca falei desse assunto para ninguém. Depois que aconteceu esse episódio e tal, minha esposa, várias vezes disse: “por que você não faz vestibular para Direito?”. O momento passou. Eu teria sido um advogado naquele momento, só não fui por uma série de circunstâncias, agora eu sou um professor. E é isso que eu vou continuar sendo, então, na minha cabeça, não bate essa ideia de voltar. Para mim isso não funciona. Então, nunca tive interesse nenhum em fazer o curso de Direito. Passou, passou. E é algo que não deve acontecer, e que não é lamentável em relação a minha pessoa, mas a qualquer pessoa. Que não volte a acontecer e que as pessoas sejam tratadas de forma justa. E mais uma coisa, que as pessoas sejam respeitadas na sua condição existencial. Quer seja no campo profissional, que seja na questão da sexualidade, questão de sua etnia, enfim. Isso é uma coisa sagrada. O ser humano tem que ser respeitado nas suas condições existenciais. Vai desde sua profissão a sua condição, enfim. Eu acho que todo trabalho que tem que ser feito agora é no sentido de, não só de recuperar uma história, pois um país, um povo, sem história não consegue ter um caráter, um sentido, um povo só existe a partir de que? Da sua historicidade, do que ele realmente foi no passado, como ele se constituiu enquanto... Então isso tem que ser resgatado. E deve ficar essa coisa de que não pode admitir em hipótese nenhuma esse tipo de situação. Eu não acredito mais... nesse

aspecto eu sou muito otimista, eu não acredito mais. O pessoal fala: “olha pode voltar, os militares podem retomar o poder”. Nesse aspecto eu sou muito otimista. Eu não acredito. Podemos ter retrocessos, situações pontuais, mas eu não acredito que possamos retornar. Olhe, gente, vocês são jovens e eu quero aqui fazer uma observação importante, o medo, a impossibilidade de as pessoas falarem, se expressarem livremente, é algo que tem um valor imensurável. Então o fato de você poder falar sobre isso já é algo importante, fundamental. Porque é justamente por meio disso que podemos estabelecer um processo de interferência na história. E mudar o rumo. Estabelecer uma nova história, uma história que corrija as injustiças e as distorções. Enfim, eu acho que esse é o grande papel da Comissão.

Jênio Sávio: Professor, eu estou aqui com uma pergunta, com medo de falar, com o mesmo sentimento que o senhor falou aí. Mas é o medo de ter medo. Num livro do 5º período de Medicina, de semiologia, a maior doença, de todos os sintomas, é o medo de ter medo. É a neurose das neuroses.

Lailson de Almeida: É algo terrível para o ser humano.

Jênio Sávio: Aí, minha pergunta é a seguinte: eu sempre gostei de ler história, literatura. Essa Comissão, inquérito, militar, me lembra sempre Franz Kafka, daquele famoso livro. Será que todos os depoimentos da Comissão da Verdade se basearam numa condição kafkiana? Será que isso perpassa em todo depoimento aqui?

Lailson de Almeida: Acho que não, acho que o que fica é essa preocupação, de você ter uma sociedade livre. Não é aquele medo que impossibilite a oportunidade crescer. Em termos políticos, o ser humano é um agente político.

Jênio Sávio: Eu achei interessante sua frase “desanistia no governo Lula”.

Lailson de Almeida: Eu me sinto uma pessoa livre de neurose. Procuramos viver da forma mais espontânea.

Jênio Sávio: Eu gosto muito de fazer correlações, quais são os vestibulares mais concorridos aqui da UFRN? Direito e Medicina. Eu conheço dois médicos, em situações opostas, um fez Direito e se tornou médico, e outro fez Medicina e não gostou do centro cirúrgico foi ser advogado. E eu ouvi rumores que esse advogado participava da ASI.

Carlos Gomes: Então nós queremos agradecer, foi um depoimento muito rico, muito coerente. E que realmente vai nos fornecer bons subsídios para complementar outros depoimentos que nós já ouvimos, então muito lúcido. E particularmente muita satisfação. Eu me lembro de você daqui da Universidade, mas nunca...

Lucila Barbalho Nascimento: Professor, só uma última questão, o Roberto, você sabe, ele teve algum contato com a UFRN ou só de quando o senhor era aluno no Churchill?

Lailson de Almeida: Foi só nesse período, acho que ele não chegou a frequentar a Universidade.

Carlos Gomes: Na ficha dele aí, quando coloca o nome dele, aparece “caipira”. Será que caipira é o de nome dele? Ou que ele era um homem do interior e eu não sei? É, vamos ver se temos condições de chamar essa pessoa.

Lucila Barbalho Nascimento: O senhor tem alguma notícia dele?

Lailson de Almeida: Não. Numa ocasião há muitos anos, eu o encontrei no Nordeste. E aí foi quando ele teve a oportunidade de relatar essa situação dele da “Mandioca”, ele disse que tinha sofrido muito. Ele foi envolvido na corrupção sem ser corrupto. Ele foi vítima no processo. Mas foi tratado como corrupto.

Carlos Gomes: Então, eu quero agradecer sua presença. E dizer que foi valioso.

Lailson de Almeida: Sou tio de Juan.

Carlos Gomes: É um menino danado, é um pesquisador de primeira. Um grande abraço.